

Uma reflexão sobre o estudo de caso como método de pesquisa

A reflection about a case study as a research methodology

*Eliane Cristine F. Maffezzolli**
*Carlos Gabriel Eggerts Boehs***

Resumo

O estudo de caso tem sido um método empregado usualmente na pesquisa acadêmica brasileira das ciências sociais aplicadas, em especial na Administração. Entretanto, dos vários estudos que podem ser encontrados nos congressos e periódicos nacionais, muitas vezes o que se observa é uma homogeneidade dos argumentos que justificam o emprego do método, ainda que os pressupostos teóricos que os orientam sejam antagônicos. Sendo assim, este artigo busca, através da revisão de literatura, elencar os diversos posicionamentos relativos à estrutura do método de estudo de caso, iniciando com a discussão dos fundamentos ontológicos e epistemológicos que orientam a sua aplicação como instrumento de pesquisa. Este estudo aponta os diversos posicionamentos adotados pelos pesquisadores sobre o procedimento de triangulação e propõe uma discussão do processo de generalização permitido pelo método em questão. O que se pode apontar a partir da revisão de literatura é que muitas vezes não há consenso sobre os argumentos que conduzem o pesquisador ao emprego do método de pesquisa, porém a validade do método e resultados obtidos estará diretamente associada ao posicionamento e fundamentação "consciente" adotada pelo pesquisador.

Palavras-chave: método; pesquisa; pesquisador; estudo de caso; fundamentação teórica.

Abstract

Case studies have been a common method employed in Brazilian academic researches in applied social sciences, especially in administration. However, among several studies which can be found in conferences and periodicals, what can be observed many times is homogeneity of the arguments which justify the use of the method, although theoretical presupposed which guide them are antagonistic. Therefore, this article intends, through revision of literature, list the varied opinions related to the structure of the method of the case study, starting with the discussion of the ontologic and epistemologic which orient its application as an instrument of research. This study points out the several ideas adopted by researchers about the procedure of triangulation and proposes a discussion of the process of generalization allowed by the discussed method. What can be pointed out from the revision of literature developed is that many times there is no consensus about the arguments which guide the researcher to the use of the research method, but the validity of the method and the obtained results will be directly associated to the positioning and conscious fundamentals adopted by the researcher.

Key words: method; research; researcher; case study; theoretical foundation.

* Mestre e doutoranda em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), especialista em Administração em Marketing pela FAE Business School. Professora do Centro Europeu e da FAE Business School (UNIFAE). Coordenadora dos cursos de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda e de Desenho Industrial da UNIFAE. E-mail: eliane.francisco@gmail.com

** Administrador, mestre em Administração pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Administrador da Companhia Paranaense de Energia (Copel). E-mail: cgabriel@simmm

Introdução

O estudo de caso é “apenas uma das muitas maneiras de se fazer pesquisa em ciências sociais”. (YIN, 2005, p.19). Atribui-se a esta abordagem metodológica a vantagem das múltiplas fontes de evidência para solucionar problemas de pesquisa que ressaltam o “como” e o “porquê”. Yin (2005) também aponta que neste método é característica a falta de controle do pesquisador sobre o fenômeno. Neste caso, usualmente o pesquisador se debruça sobre fenômenos contemporâneos para fins de análise.

Entretanto, algumas críticas realizadas a este método se configuram em relação às questões como a escolha dos casos, a qualidade do estudo e os processos de generalização. Desta forma, este trabalho dedica-se a discutir os fundamentos ontológicos e epistemológicos que orientam o emprego do estudo de caso.

Esta revisão bibliográfica está organizada em sete eixos de reflexão. O primeiro discute a fundamentação ontológica e epistemológica que orienta os projetos conduzidos por meio de estudos de caso. O segundo elenca os principais conceitos e as classificações possíveis dos estudos de caso referenciados na literatura analisada. O terceiro apresenta os critérios de qualidade exigidos na aplicação do estudo de caso. Posteriormente, o quarto e quinto temas abordam respectivamente a formação do protocolo de pesquisa e as ferramentas de coleta de evidências, seguidos da discussão em torno do que é essencial na triangulação dos dados. O sexto eixo traz da revisão de literatura as formas de análise do estudo como ponto de apreciação para que se concluam, no sétimo ponto de reflexão, questões críticas, ainda pouco exploradas nos estudos brasileiros, as quais dizem respeito ao processo de generalização e à geração de teoria a partir do emprego deste método.

1 Revisão da literatura

A revisão da literatura contempla uma reflexão sobre o posicionamento ontológico e epistemológico predominante no estudo de caso. Na seqüência são apresentados as definições sobre o método, os critérios de qualidade, considerações sobre o uso de protocolo e ferramentas de análise. Por fim, são abordadas questões relativas à generalização e geração de teoria oriundas da aplicação do estudo de caso.

1.1 Estudo de caso: posicionamento ontológico e epistemológico

Para a discussão entre o posicionamento ontológico e epistemológico predominante na condução de estudos de caso, foram seguidos dois passos: o primeiro define cada termo separadamente e a relação dos dois conceitos; o segundo passo comenta a implicação dos conceitos de ontologia e epistemologia com a aplicação do estudo de caso como método de pesquisa.

Conceituação ontológica e epistemológica

A ontologia está relacionada literalmente com a natureza do ser. Este termo é derivado do grego e sua tradução é conhecida por *existência*. Cillers (2002) define este conceito como a forma como o mundo é concebido pelos indivíduos. Grix (2002), em perspectiva complementar, afirma que o termo pode agregar ainda a percepção sobre o que está fora para ser conhecido, ou seja, a visão de mundo que é particular ao observador (pesquisador).

Grix (2002) utiliza os termos fundamentalismo e antifundamentalismo para categorizar os diferentes posicionamentos ontológicos. A natureza fundamentalista considera a existência de uma realidade independente do conhecimento do observador, ou seja, ela existe e pode ser observada. O autor também afirma

que a existência de uma realidade independente do indivíduo está relacionada à compreensão de que os fenômenos sociais e seus significados existem também de forma independente de seus atores sociais, e, desta forma, o conhecimento pode ser deduzido de forma lógica.

Já a natureza antifundamentalista tem por princípio básico a crença de que a realidade não pode ser diretamente observada porque os fenômenos sociais e seus significados são continuamente transformados por seus atores.

A epistemologia, por sua vez, é a forma como o pesquisador define o quê e como vai conhecer sobre a realidade (MARSH e FURLONG, 2002). Assim, o modo como o pesquisador define a forma como vai conhecer a realidade resulta nas posturas epistemológicas. As escolhas realizadas pelos pesquisadores, conciliadas primeiramente à postura ontológica a ser utilizada, definem a abordagem a ser utilizada.

As possibilidades mais antagônicas de abordagem (se é que podemos realizar tal afirmação) estão relacionadas ao positivismo e ao interpretativismo. No primeiro caso, adota-se uma posição ontológica apoiada nos preceitos fundamentalistas, em que é aceita a existência de uma realidade externa ao indivíduo pesquisador, o qual busca conhecê-la de forma objetiva. Para operacionalizar isto, as principais opções metodológicas serão conduzidas por preceitos quantitativos, e, em consequência, estatísticos.

Já no segundo caso, o interpretativismo, apoiado em uma base ontológica antifundamentalista, acredita que a realidade não 'existe' de forma determinística. Ela existe na medida em que os atores sociais a constroem, ou seja, a realidade é construída. Seguindo esta lógica, a pesquisa fundamentada em base epistemológica interpretativista faz uso de estudos qualitativos de forma predominante.

Ambas as possibilidades de estudo fazem uso do processo de interpretação. Entretanto, conforme Stake (1995), na abordagem quantitativa a limitação de interpretação pode ser observada nas ferramentas estatísticas utilizadas.

Relação entre ontologia, epistemologia e estudo de caso

Stake (1995) propõe uma reflexão sobre as diferentes formas de estudo, em que se pode buscar causas ou acontecimentos. Ao buscar causas, há predominância da abordagem quantitativa. Neste caso, é aceita a existência de uma realidade onde o pesquisador está focado em descrever para inferir possibilidades de relações causais, ou seja, explanação e controle. Já pesquisadores com foco qualitativo buscam compreender as complexas inter-relações entre tudo o que existe. Tal situação revela a preocupação em posicionar o pesquisador com base no que se deseja investigar. As perguntas de pesquisa serão definidas a partir das definições ontológicas e epistemológicas adotadas. Por esta razão é que o pesquisador deve estar consciente da abordagem que orienta o seu trabalho.

Stake (1995) comenta ainda sobre as diferentes possibilidades de pergunta (ou formas de conhecer a realidade) e define que o uso de estudos de caso, ao tentar conhecer com profundidade "como" tal fenômeno ocorre, tem um caráter predominantemente interpretativista (o autor também usa o termo 'não determinista'). Além disso, é afirmada a relação desta posição epistemológica com os estudos de caso qualitativos, e que "pesquisas qualitativas são subjetivas". (STAKE, 1995, p.45).

Como as diferentes definições ontológicas e epistemológicas denotam posições de pesquisa também distintas, Creswell (1997) afirma que as pesquisas qualitativas não devem ser vistas como formas 'fáceis' de substituição de um estudo quantitativo ou estatístico. Afinal, cada tipo de abordagem oferece diferentes perspectivas de compreender o mundo e responde a distintos tipos de questões.

O mesmo autor comenta que nos processos qualitativos¹ a base ontológica (predominante) contempla uma realidade construída pelos indivíduos

¹ Especificamente o autor comenta sobre estudo biográfico, fenomenologia, etnografia, "ground theory" e estudo de caso.

envolvidos com a situação em pesquisa, e afirma: “[...] múltiplas realidades existem, como a realidade do pesquisador, a dos indivíduos que estão sendo investigados e a do leitor ou audiência que interpreta o estudo”. (CRESWELL, 1997, p.76).

Em termos epistemológicos o autor reforça a presença de estudos de ordem interpretativista, em que o pesquisador interage com o estudo por meio de observação ou convívio com os informantes por um longo período de tempo. Desta forma, o pesquisador reduz a distância entre ele e o “objeto” a ser pesquisado. Tal afirmação pressupõe que, para Creswell (1997), os estudos qualitativos, em especial o estudo de caso tratado neste trabalho, utilizam majoritariamente uma estrutura ontológica antifundamentalista e uma concepção epistemológica interpretativista. No entanto, o próprio autor afirma: “eu posiciono estudos de caso no ponto médio do contínuo”. (CRESWELL, 1997, p.87).

Esta afirmação indica que é possível considerar uma posição intermediária do estudo de caso. Provavelmente isto se deve à apropriação de fontes de informação de ordem quantitativa que são assumidas de forma complementar neste tipo de estudo. Entretanto, o termo intermediário pode também não ser o mais apropriado por permitir interpretações dúbias. Portanto, de forma predominante observa-se que os estudos de caso carregam uma base antifundamentalista e ao mesmo tempo interpretativista (CRESWELL, 1997).

1.2 Definições sobre o estudo de caso

Creswell (1997, p.61) define o estudo de caso como a “exploração de um sistema limitado ou um caso (ou múltiplos casos) [...] que envolve coleta de dados em profundidade e múltiplas fontes de informação em um contexto”. Segundo o autor, a noção de sistema limitado está relacionada com a definição de tempo e espaço, e o ‘caso’ pode ser compreendido por um evento, uma atividade ou indivíduos.

As múltiplas fontes de informação – ou evidências, segundo Yin (2005) – são constituídas por entrevistas, observações, documentos e reportagens. A definição de ‘contexto do caso’ envolve as situações em que se encontra o caso a ser estudado, como referências históricas, sociais, econômicas, entre outras.

Tal definição é compartilhada por Yin (2005) em relação às múltiplas fontes de evidência, porém o autor ressalta que se trata do método que está preocupado em responder a questões do tipo “como” e “por quê”, em uma situação na qual o pesquisador “tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”. (YIN, 2005, p.19). O autor comenta que o estudo de caso é um tipo de investigação empírica cujos limites de fenômeno e contexto não estão claramente definidos.

Para Yin (2005), tal definição esclarece a confusão realizada por outros pesquisadores ao considerarem o estudo de caso como uma etapa inicial ou exploratória de outros estudos.

O mesmo autor também traz a classificação dos tipos de estudo de caso em três possibilidades: (1) exploratório, (2) descritivo, e (3) explanatório (ou explicativo). No entanto, ressalta que tais definições não carregam nenhum peso hierárquico, e que estas estratégias muitas vezes se sobrepõem, não havendo, portanto, uma limitação objetiva entre elas. Cada estratégia, por sua vez, tende a resolver problemas diferentes. No primeiro caso, deseja-se conhecer com maior profundidade questões pouco conhecidas. Já o segundo está mais preocupado com a descrição da situação, e o terceiro caso se volta a possibilidades de explicação de causas.

Definição da unidade de análise

Apoiada na perspectiva trazida por Yin (2005), a definição da unidade de análise ou o ‘caso’ é imprescindível ao projeto. Porém, é facilmente confundida entre os pesquisadores.

Dada a forte contribuição da sociologia (em especial da Escola de Chicago) para o desenvolvimento desta metodologia de estudo, o 'caso', no estudo clássico, pode ser um indivíduo. Porém, a definição deste termo está diretamente relacionada aos pressupostos teóricos utilizados e ao foco do estudo. Desse modo, o 'caso' pode ser algum evento ou uma organização. O autor afirma que "se suas questões não derem preferência a uma unidade de análise em relação a outra, significa que elas estão vagas demais ou em número excessivo". (YIN, 2005, p.44).

A determinação da unidade de análise também está relacionada aos limites da coleta e da análise de dados.

Escolha do estudo de caso

O 'caso' pode ser escolhido pelo seu caráter de *uniqueness* (ser único), em que se requer um estudo intrínseco ou instrumental quando se busca observar determinada proposição. Se o estudo fizer uso de mais de um caso, ele pode ser classificado por múltiplos casos. Creswell (1997, p.62) sugere que, ao escolher a amostra, os motivos fiquem claros: "eu prefiro selecionar casos que mostrem diferentes perspectivas do problema, processos ou eventos [...] mas eu também seleciono casos ordinários, acessíveis ou não casuais".

Stake (1995) comenta sobre três tipos de estudo de caso: (1) o caso intrínseco, (2) o caso instrumental, e

(3) o caso coletivo. Cada tipo de caso auxilia a definição do estudo, já que as perguntas e objetivos de pesquisa devem ser detalhados para apontar tais definições.

No estudo de caso intrínseco o pesquisador está interessado exclusivamente neste caso. É uma situação única de forma similar ao termo *uniqueness* utilizado por Creswell (1997). O propósito não é entender algum construto abstrato ou fenômeno genérico, nem a construção de teoria, mas compreender um fenômeno em particular.

Já no estudo de caso instrumental, um caso particular é examinado para prover *insights* em um assunto ou para o refinamento da teoria. O caso tem interesse secundário, e seu papel é de apoio para fornecer a compreensão sobre algo.

No estudo de caso coletivo, pesquisadores podem vir a estudar um número de casos conjuntamente, visando a investigar um fenômeno, população ou condição geral. Casos individuais são estudados e comparados para manifestar características comuns, pois acredita-se que, analisando-os, poderá ser alcançada uma melhor compreensão ou melhor teorização sobre um conjunto mais amplo de casos.

Yin (2005) oferece quatro possibilidades de escolha de um estudo de caso, apoiado no número de casos, contexto e unidade incorporada de análise. Segundo o autor, os casos podem ser únicos ou múltiplos, e holísticos ou incorporados, conforme a figura 1.

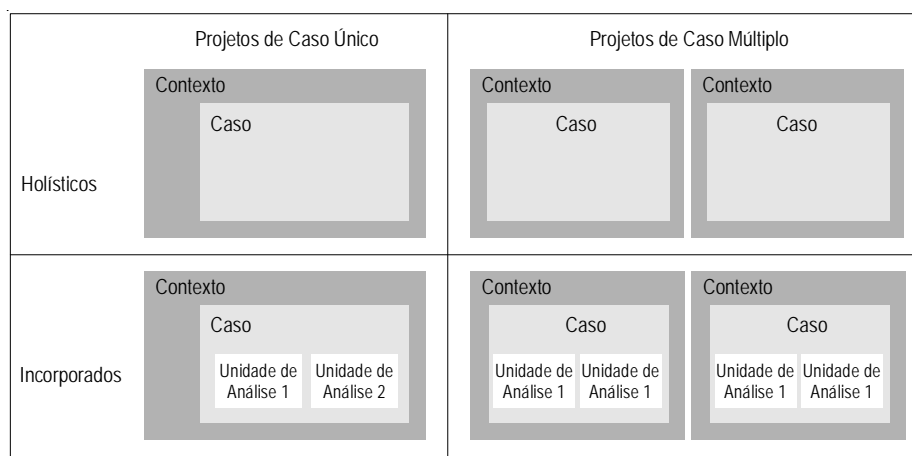


FIGURA 1 - TIPOS BÁSICOS PARA PROJETOS DE ESTUDO DE CASO

FONTE: Yin (2005, p.61)

A diferença dos casos holísticos e incorporados pode ser compreendida por dois principais aspectos: definição da unidade de análise e flexibilidade de condução do estudo. No primeiro caso – casos holísticos – a distinção realizada é que estes tendem a ter uma estrutura mais flexível em razão dos resultados obtidos, não sendo percebida diretamente nenhuma subanálise no estudo. Já no segundo: casos incorporados, tem-se mais de uma unidade de análise. Outro ponto a ser considerado, que distingue os dois casos, é a presença de dados quantitativos nos casos incorporados, a exemplo dos levantamentos.

Cada composição de caso, conforme observado, traz uma elaboração diferenciada de problemática e solução. No primeiro, onde se tem um projeto único e holístico, este poderia ser escolhido se fosse representado por um caso único ou extremo, por ser representativo (típico), por ser um caso revelador (que permite acesso às informações) ou um caso longitudinal.

Já o segundo, também holístico e de múltiplos casos, mantém uma única unidade de análise, apesar de manter um caráter mais robusto, por ter mais de um caso analisado e de ser considerado mais convincente. No entanto, as definições de quais e quantos casos devem ser analisados está atrelada às questões iniciais sobre o que se deseja saber, e de que forma. Caso exista a necessidade de comparação de casos, deve-se observar se estes são similares ou contrastantes. Tais opções devem ser coerentes aos objetivos do estudo proposto.

Sobre a quantidade de casos, embora não haja nenhuma determinação absoluta, Creswell (1997) comenta que até quatro casos seria recomendável. No entanto, Yin (2005) ressalta que a não preocupação com os critérios de amostragem confere uma condição de irrelevância. A quantidade está mais próxima do julgamento do pesquisador do que de critérios de significância. O que se estima é o nível de certeza (e incerteza) que o pesquisador tem sobre padrões homogêneos ou heterogêneos de comportamento.

O autor considera que o caso único tende a ser mais vulnerável, mas depende da forma como é conduzido. O exemplo utilizado por Stake (1995) sobre a escola Harper é um estudo de caso único e oferece contribuição conceitual e metodológica reconhecida por outros autores (como o próprio Creswell). Eisenhardt (1989) salienta que a preocupação com a seleção de casos deve estar focada nas razões teóricas.

1.3 Critérios de qualidade

Os critérios de qualidade podem ser compreendidos como formas de classificar um estudo com atributos como “bom” e “crível”. Cada definição metodológica utilizada (estudo biográfico ou estudo de caso, por exemplo) conduz a pesquisa (formação do problema, coleta e análise) de formas distintas e, conseqüentemente, apresenta formas também específicas para identificar critérios de qualidade coerentes.

Creswell (1997) atribui ao item *verificação* a percepção de processo, devendo este ser observado desde a fase de coleta dos dados, análise e apresentação dos resultados.

A discussão apresentada pelo autor sobre padrões de qualidade está apoiada em autores como Howe e Eisenhardt (1990, *apud* Creswell, 1990), que sugerem padrões abstratos e amplos. Cinco passos seriam possíveis de observação para julgar o estudo: (1) fidelidade à proposta realizada; (2) coerência e aplicação da técnica de coleta; (3) verificação de perguntas relacionadas aos pressupostos feitos diretamente ao entrevistado; (4) verificação dos resultados e confronto com as teorias utilizadas; (5) verificação do valor do estudo sob aspectos de informação e melhoria da prática.

Creswell (1997), Stake (1995) e Eisenhardt (1989) definem que a verificação aplicada ao estudo de caso se refere basicamente à triangulação dos dados, buscando a convergência das informações. Esta atitude está de acordo com a validade de construto comentada em Yin (2005).

Este autor trata a validação de forma mais específica, considerando quatro elementos, sendo eles: a) validade do construto, b) validade interna, c) validade externa, e d) confiabilidade, como indicadores da qualidade do estudo.

A validade do construto está relacionada à forma de mensuração utilizada (fontes de coleta) e à triangulação realizada. Para isto o autor ressalta a importância do encadeamento das evidências e da revisão das informações obtidas pelos próprios informantes. Entretanto, o próprio autor levanta a crítica sobre o grau de subjetividade que pode ser atribuído a este processo.

A validade interna, segundo Yin (2005), é aplicada somente em estudos explanatórios ou causais, quando se busca a compreensão de uma relação causal. As táticas para aumentar a capacidade desta validade são a adequação ao padrão² e a construção da explanação por meio de modelos lógicos.

A validade externa, por sua vez, dedica-se a estabelecer o domínio sobre o qual as descobertas podem ser generalizáveis e está intimamente relacionada à possibilidade de replicação do estudo. No entanto, a replicação pode ser questionada sobre a capacidade de precisão, visto que, dependendo do caso a ser replicado, a situação de espaço e tempo pode ser distinta e, conseqüentemente, apresentar resultados também distintos.

Por fim, a confiabilidade, complementar ao conceito anterior, está relacionada à capacidade de repetição para gerar os mesmos resultados: “o propósito da confiabilidade é minimizar os erros e os vieses de um estudo”. (YIN, 2005, p.60). O autor também ressalta o uso do protocolo para documentar os passos seguidos na pesquisa, e a organização de um banco de dados que reúna as várias fontes de informação.

Stake (1995) comenta sobre a questão da *conseqüência da validade* como uma responsabilidade do pesquisador em escolher e definir a forma da pesquisa.

Neste contexto, surgem pontos de discussão sobre a sistematização e a generalização do estudo de caso.

Esta última pode ocorrer em dois níveis: (1) generalização de pressupostos teóricos (generalização analítica) e (2) generalização de populações e universos (generalização estatística). No entanto, o item 1.7 deste estudo é dedicado exclusivamente a refletir sobre essas diferentes perspectivas.

1.4 Protocolo e ferramentas de coleta

Yin (2005) afirma que a existência de um protocolo de estudo está relacionada à organização dos dados e à confiabilidade do estudo. Sendo assim, todos os passos realizados pelo pesquisador devem ser registrados.

O protocolo é mais do que um instrumento. Ele contém o instrumento, mas também os procedimentos e regras que deverão ser seguidos. Por este motivo, é recomendado principalmente em estudos de casos múltiplos.

A estrutura do protocolo contempla uma introdução geral e o objetivo do estudo, as proposições teóricas ou hipóteses que estão sendo testadas e a relevância do estudo. Em seguida são apresentados os procedimentos de coleta. O ponto central do protocolo é o conjunto de questões substantivas que refletem sua linha geral de investigação. Cada questão deve estar acompanhada de uma lista provável de evidências.

As fontes de informação ou evidências (um dos pontos definidos no protocolo), segundo Yin (2005), compreendem: documentos; registros em arquivo; entrevistas; observação direta; observação participante, e artefatos físicos. O autor comenta que podem ser incluídas: técnicas projetivas e testes psicológicos, filmes, fotos, vídeos, histórias de vida, entre outras. De forma complementar, Stake (1995) descreve a importância da descrição do contexto como uma possível fonte de coleta de informação.

Cada uma dessas fontes oferece vantagens e desvantagens. Cabe ao pesquisador escolhê-las e dar-lhes complementaridade. Em seguida, são detalhadas cada uma dessas fontes.

² Este item é aprofundado na análise de dados.

Documentação

Yin (2005) afirma que a documentação pode ser representada por cartas, memorandos, agendas, avisos administrativos, recortes de jornal e outros. O principal uso desta fonte é corroborar outras, já que está implícito ao estudo de caso o princípio da triangulação. Deve ser relevado o fato de que toda fonte impressa passa por um crivo, um filtro, antes de ser publicada. Portanto, não deve ser tratada como uma constatação definitiva.

Creswell (1997) acrescenta que documentos também podem ser compreendidos por documentos públicos, autobiografias e biografias, fotos e vídeos.

Para Yin (2005), apesar de esta fonte oferecer maior estabilidade e exatidão, pode ser dificultada pelo acesso ou capacidade de recuperação, além do relato de vieses, já que as informações foram geradas com base em idéias preconcebidas, as quais são desconhecidas por parte do pesquisador.

Stake (1995) atribui à revisão de documentos uma tarefa de complementaridade às demais fontes de evidência e ressalta a importância que tais informações podem ter como substitutas a situações que não puderam ser observadas diretamente.

Registros em arquivo

Arquivos e registros de computador, registros de serviço, registros organizacionais, mapas e gráficos, censos, registros pessoais, entre outros, são classificados por Yin (2005) como uma opção de fonte de evidência. A relevância destas dependerá do tipo de estudo a ser realizado, e, quando utilizadas, o pesquisador deve observar sob quais condições elas foram produzidas e com qual grau de precisão, já que a maioria é quantitativa. Em geral, o principal ponto positivo desta fonte é a precisão, mas também pode ser prejudicada pela dificuldade de acesso.

Entrevista

A entrevista, segundo Yin (2005), é dedicada a abordar o entrevistado de forma a satisfazer às necessidades da linha de investigação. É comum que seja conduzida de forma *espontânea (perceptiva)*, e para isto sugere-se cuidado com as influências interpessoais. Outro tipo de entrevista é a *focada (direcionada)*. Apesar de ainda ser espontânea e informal, o pesquisador segue um conjunto de perguntas originadas no protocolo. Esta fonte de evidência é considerada essencial por Yin (2005), já que a maioria trata de questões humanas, mas pode sofrer com vieses causados pela má elaboração das questões ou imprecisões do entrevistador.

Stake (1995, p.64) comenta que “muito do que não podemos observar por nós mesmos tem sido ou é observado pelos outros”. Portanto, a capacidade de resgatar descrições e interpretações dos outros é considerada pelo autor como fonte essencial de informação para o estudo de caso. Porém, o mesmo autor comenta que boas entrevistas não são ‘fáceis’ porque dependem da habilidade do pesquisador em fazer as perguntas certas.

A entrevista pode captar ainda histórias e experiências únicas dos indivíduos, que podem facilitar ou propiciar o conhecimento da realidade pesquisada pelo entrevistador. Stake (1995) também argumenta, de forma complementar a Yin (2005), que a condução da entrevista depende da capacidade de ouvir o entrevistado. Creswell (1997) atribui às entrevistas a possibilidade de registrar informações em profundidade apoiadas em roteiros não-estruturados ou semi-estruturados e com o apoio de anotações ou gravação e transcrição (para posterior análise).

Observação direta

Se o estudo não for puramente de caráter histórico, Yin (2005) sugere que visitar o local em estudo já é uma oportunidade para a observação direta. Esta fonte de

evidência auxilia na compreensão do contexto e do fenômeno a serem estudados. Os pontos positivos ressaltados nesta fonte de dados estão associados à capacidade de captar acontecimentos em tempo real, além de tratar diretamente do contexto do evento. Entretanto, consome muito tempo, custo, e pode sofrer com a reflexibilidade (a situação pode ser diferente do que ocorre no cotidiano porque está sendo observada).

Creswell (1997) refere-se à observação de uma única forma: participante e direta. Contudo, para fins de análise foram separados os comentários visando a seguir a estrutura sugerida por Yin (2005) e possibilitar as comparações. Na observação direta o autor ressalta questões relevantes sobre quem, o quê e como observar, e, ainda, que um 'informante chave' pode ajudar neste processo.

Observação participante

Neste caso, o pesquisador não assume uma observação passiva (base em estudos antropológicos). Uma vantagem deste tipo de fonte de evidência é perceber a realidade do ponto de vista de alguém que está inserido no caso e não fora dele. Apesar de apresentar os mesmos pontos positivos e negativos da observação direta, oferece maior capacidade de identificar comportamentos e razões pessoais, justamente porque o pesquisador está inserido no contexto. De forma semelhante à observação direta, Creswell (1997) ressalta a importância do protocolo com os direcionamentos 'do quê observar' e a definição do papel do observador. O autor sugere, se possível, a gravação e a transcrição de algumas situações em estudo.

Artefatos físicos

Um aparelho de alta tecnologia, uma obra de arte, ou alguma evidência física podem ser classificados como artefatos físicos. Os principais pontos fortes desta fonte de evidência é a percepção da situação estudada por meio de aspectos culturais e operações técnicas.

No entanto, depende da seletividade e disponibilidade dos mesmos.

Creswell (1997) cita a importância de mensagens e objetos de rituais, fotografias e vídeos como formas de materiais audiovisuais que estão próximos à classificação apresentada por Yin (2005).

1.5 Processo de triangulação de dados

De acordo com Stake (1995), as rotinas para a triangulação constituem a base para a validação da pesquisa qualitativa. Há uma forte presença do processo de interpretação nesta fase da pesquisa, segundo o autor. A validação, neste caso, consiste em confirmar ou não as hipóteses por meio dos dados coletados.

Para Yin (2005), a triangulação consiste em fundamento lógico para se utilizar várias fontes de evidência, permitindo o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação e que os dados obtidos à luz de sua análise se tornem mais acurados e convincentes. As possibilidades de triangulação podem ocorrer de quatro diferentes formas (STAKE, 1995; DENZIN, 1994; YIN, 1995; CRESWELL, 1997):

1. Triangulação dos dados: quando fontes diversas de dados são adotadas, as quais, no entanto, convergem ao mesmo conjunto de fatos ou descobertas;
2. Triangulação de investigadores: possibilita que observações de diversos investigadores possam ser comparadas, agregando pontos de vista diversos ao caso analisado;
3. Triangulação teórica: diferentes perspectivas teóricas podem ser contrastadas para que se possa entender o fenômeno ou objeto do caso analisado;
4. Triangulação metodológica: a utilização de vários métodos de pesquisa, tais como observação, entrevistas e revisão de documentos, torna mais ricas as fontes de evidências, ao mesmo tempo que demanda do pesquisador domínio sobre a aplicação de tais métodos.

Stake (1994) considera também que muitos pesquisadores em estudos de caso estão preocupados com a validade da comunicação através da qual as informações são obtidas. Os significados não podem ser transferidos de forma intacta, mas espera-se que os significados da situação, observação, descrição dos protocolos e leitura tenham certo grau de correspondência quando há várias fontes de evidência. Para diminuir a ocorrência de confusões na interpretação de dados, empregam-se vários procedimentos de busca de evidências, incluindo-se a redundância na coleta de dados e procedimentos concorrentes de explanação.

A triangulação tem sido compreendida como a adoção de múltiplas percepções para clarear o significado e, de certa forma, verificar a repetição de determinada observação ou interpretação alcançada por uma fonte de dados, em comparação com outras fontes utilizadas. Mas, como observações ou interpretações não são perfeitamente replicáveis, a triangulação serve também para clarear o entendimento das diferentes formas pelas quais o fenômeno é percebido.

Creswell (1997) adota a triangulação da informação como processo para alcançar a validade e confirmá-la. Stake (1994) complementa afirmando que o processo de triangulação de investigadores também permite checar as informações observadas. Neste caso, o pesquisador repassa aos indivíduos que serviram de fonte de informação as transcrições dos dados transmitidos para avaliar se tais dados correspondem ao seu entendimento dos fatos sem que tenham sido manipulados de forma a converter o entendimento que o emissor desejava dar.

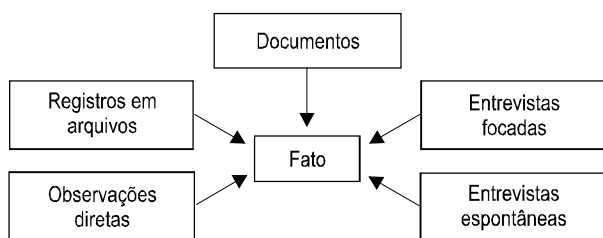


FIGURA 2 - CONVERGÊNCIA DE VÁRIAS FONTES DE EVIDÊNCIA
FONTE: Adaptado de Yin (2005, p.122)

Para Eisenhardt (1989), a racionalidade adotada nos estudos de caso em que são empregados vários métodos visando à triangulação fortalece a delimitação dos construtos e hipóteses de forma similar aos recursos empregados nas pesquisas quantitativas com teste de hipóteses.

Evidências quantitativas em estudos de caso, por exemplo, podem trazer à tona relações que não são claras ao pesquisador a partir de simples observações de comportamentos. Neste caso, o processo de triangulação permite não minimizar a falsa interpretação de fenômenos quando dados qualitativos são associados ao emprego de dados quantitativos. De acordo com o autor, há uma série de vantagens em se adotar múltiplos investigadores em uma pesquisa como método de triangulação: permitem a ocorrência de *insights* e observações complementares na pesquisa, de forma que percepções convergentes fortalecem a construção de hipóteses, e as percepções conflitantes, por sua vez, afastam a ocorrência de conclusões prematuras.

Eisenhardt (1989) exemplifica a adoção de múltiplos investigadores por meio de duas estratégias, a primeira levando a um mesmo campo um grupo de investigadores para obter dados sob perspectivas diversas ou separar múltiplos investigadores, cada um coletando individualmente específicas fontes de dados e cruzando suas análises posteriormente entre os integrantes do grupo.

1.6 Análise de dados

Segundo Yin, “A análise de dados consiste em examinar, categorizar, classificar em tabelas, testar ou, do contrário, recombinar as evidências quantitativas e qualitativas para tratar as proposições iniciais de um estudo”. (YIN, 2002, p.137).

A falta de uma sistemática ou “estratégia” bem delineada de análise pode levar o pesquisador a ignorar informações relevantes. A convergência de várias técnicas de pesquisa também é sugerida pelo autor

desde que o investigador tenha consciência do papel desempenhado por cada uma no processo. Yin (2005) cita seis técnicas específicas de análise de estudo de caso, mesclando abordagens analíticas e estatísticas:

1. disposição de informações em séries diferentes;
2. criação de matriz de categorias e disposição de evidências dentro dessas categorias;
3. utilização de fluxogramas e outros esquemas gráficos para análise de dados;
4. classificação em tabelas da frequência de eventos diversos;
5. exame da complexidade de tais classificações e sua relação a partir de métodos estatísticos como média e variância;
6. disposição de informações em ordem cronológica ou utilização de outra disposição temporal.

Yin (2005) propõe duas táticas para delinear a análise de sua pesquisa. A primeira consiste em delimitar as estratégias analíticas a partir do plano de coleta de dados estabelecido, o qual estaria atrelado ao conjunto de questões de pesquisa que em última instância estão associadas aos objetivos originais da investigação. Isto quer dizer que o problema de pesquisa, apoiado em parte em proposições teóricas, determina a forma como a análise será organizada.

A segunda estratégia busca desenvolver uma estrutura descritiva do caso e seria preferencialmente adotada quando não há intenção da presença de proposições teóricas com as quais relacionar os fenômenos e/ou objetos do caso. Ainda que haja relações intencionadas com proposições teóricas, a abordagem descritiva pode facilitar a identificação de tais proposições.

Yin (2005) aponta ainda técnicas específicas que visam essencialmente a garantir o desenvolvimento da validade interna e externa dos estudos, as quais denomina de Métodos Primários:

- adequação ao padrão: comparação do padrão empírico com o pressuposto previamente estabelecido;

- construção da explanação: adotado em estudos de caso explanatórios, visa a construir explicações delimitando um conjunto de relações causais a partir de variáveis independentes;
- análise de séries temporais: neste caso o pesquisador compara uma tendência expressa pelos dados coletados com uma tendência teoricamente delimitada, com uma tendência concorrente apontada pelo caso ou qualquer tendência apoiada em algum artefato;
- modelos lógicos: compreende uma associação entre o método de adequação ao padrão e a análise de séries temporais. Considera-se o método mais adequado a estudos de caráter explanatório (ou explicativos) e exploratórios.

Os métodos secundários propostos por Yin (2005) são trazidos à tona com o objetivo de complementar a adoção de algum dos métodos anteriores, portanto não podem ser adotados isoladamente.

Stake (1996) aponta dois caminhos estratégicos para a análise dos dados da pesquisa: a interpretação direta e o processo de agregar categorias. A definição da forma de análise vai depender do foco da pesquisa e da curiosidade do pesquisador, ou seja, das questões definidas previamente. A busca de significados é geralmente a busca de modelos para obtenção de consistência, chamada também de "correspondência". De acordo com Stake (1996), a interpretação de significados emerge pela simples repetição do objeto analisado. Desta forma, a triangulação é importante para perceber os elementos de repetição, para que seja possível compreender o comportamento e o contexto, enfim, o caso em si.

Para Eisenhardt (1989), o processo de análise constitui o "coração" da pesquisa qualitativa realizada por meio de estudos de caso. Considera que, quando se trabalha com estudo múltiplo de casos, e o volume de dados é muito grande, uma das alternativas é primeiramente analisar os dados de um único caso. Pode-se iniciar por uma descrição detalhada que prove os

insights das análises, sem que, no entanto, haja um padrão formal. O objetivo neste primeiro momento é tornar-se íntimo do caso. Desta forma, permite-se que apareçam os padrões do caso antes de se propor generalizações a partir dos casos. Tal familiaridade possibilita posterior processo de comparação entre casos.

Na análise comparativa entre os casos, uma das táticas propostas por Eisenhardt (1989) é selecionar categorias ou dimensões e procurar por similaridades dentro do grupo associadas a diferenças entre grupos. Tais dimensões podem ser levantadas pelo problema de pesquisa, pela literatura utilizada, ou podem ser escolhidas pelo pesquisador. Outra tática é buscar diferenças e similaridades entre casos. Tal comparação entre casos pode forçar a emergência de novas categorias e conceitos não antecipados pelo pesquisador. A terceira estratégia é dividir os dados por suas fontes. Buscam-se os *insights* a partir da análise de cada dado originado de uma fonte diferente em separado. O objetivo destas táticas é forçar o investigador a ir além de suas impressões iniciais especialmente através do uso de estruturas e lentes diversas de dados.

Creswell (1997), por sua vez, aponta que o tipo de análise de tais dados pode ser holístico ou sobre um aspecto específico do caso. A partir da coleta de dados uma detalhada descrição emerge, assim como uma análise do tema ou aspectos e uma interpretação ou afirmações sobre o caso são feitas pelo pesquisador. O investigador narra o estudo através de técnicas como cronologia de eventos gerais, seguidas por uma perspectiva detalhada sobre alguns incidentes.

1.7 Discussão: o processo de generalização x construção teórica a partir de estudos de caso

Neste último item são apresentadas as posições teóricas dos autores pesquisados sobre a capacidade de se manter o processo de generalização nos estudos de caso e a forma pela qual tal método contribui para

a construção do conhecimento. Parece que tal discussão se mostra intensa junto a todos os autores pesquisados, da mesma forma que seu caráter parece ainda pouco exaurido devido à diversidade de posicionamentos. Sendo assim, estender algumas reflexões parece relevante, considerando a polêmica por trás de seus temas.

O processo de generalização

Gomm (2000) ressalta a variabilidade de posicionamentos a respeito do que se entende pelo processo de generalização sob o seu emprego nos estudos qualitativos, mais especificamente em estudos de caso. A primeira parte de seu livro caracteriza-se justamente pela disposição seqüenciada de posicionamentos complementares e às vezes contraditórios sobre tal questão. Na segunda parte, no entanto, ao discutir o processo de construção de teoria e conhecimento, é que são feitas algumas observações elucidativas sobre como o processo de generalização afeta e é afetado quando é empregado nos estudos de caso.

O mesmo autor comenta que, para alguns estudiosos, a generalização a partir dos estudos de caso pode realizar inferências ou generalizações um pouco diferentes no seu caráter da análise estatística, sendo lógica, teórica, ou analítica. Já outros autores sugerem que há formas pelas quais os estudos de caso podem fazer o mesmo que as generalizações propostas por pesquisas de levantamento. Em uma terceira posição, existem perspectivas considerando que estudos de caso não precisam gerar generalizações e que o importante é o uso que fazem de seus resultados: alimentam o processo de generalização naturalística proposta por Stake (1995) ou facilitam a transferência dos resultados.

A proposta de Stake (1994; 1995) está atrelada ao entendimento de que a complexidade do mundo social e a natureza do conhecimento, carregada de preconceitos, também determinam a adoção de novos

modelos de ciência. O autor considera que a compreensão de uma generalização qualitativa é pouco desenvolvida e apoiada em falsas premissas. Por essa razão propõe a generalização naturalística que se desenvolve com o indivíduo como produto da experiência. Neste caso, o indivíduo, a partir da sua própria experiência, torna-se apto a realizar comparações explícitas entre situações analisadas e o conhecimento tácito que tem sobre situações vivenciadas. Alguns críticos, no entanto, afirmam que Stake (1994) não explica como estudos em profundidade nos ajudam a compreender outros casos, e também não adota uma linguagem inteligível que explique tal conceito de generalização naturalística.

Outro conceito complementar ao de Stake (1994), citado por Donmoyer (2000), é o processo de transferibilidade proposto por Lincoln e Guba (*apud* GOMM, 2000). Estes autores adotam o termo transferibilidade para saber o quanto o estudo de caso feito em um contexto A é replicável no contexto B, o que dependerá da similaridade entre os dois contextos.

Schofield (2000) e Gomm *et al.* (2000) apontam uma série de alternativas e propostas ao processo de generalização, entre elas a busca da generalização a partir do estudo de um caso considerado típico para sua população ou a exemplificação de alguns esforços “hercúleos” visando à explanação de relações a partir da comparação entre casos. No entanto, diversos argumentos identificam falhas nestas alternativas quando são empregados valores críticos da visão tradicional de ciência. Gomm *et al.* (2000) concluem que as alternativas propostas ainda não alcançaram um estágio relevante de maturidade.

Construção teórica a partir de estudos de caso

A partir da construção de argumentos que determinam o conceito dos estudos de caso apoiados nos objetivos de pesquisa a que se propõem, Gomm *et al.*

(2000) elencam uma série de conceitos que permitem uma melhor comparação entre estudos qualitativos e quantitativos. Neste sentido, afirmam que o objetivo do estudo de caso é contribuir com outras estratégias em direção à teorização, a qual é delineada para atingir afirmações de regularidade sobre estrutura, comportamento e interação dos fenômenos.

Tal situação pode ocorrer tanto para o desenvolvimento de explicações de eventos particulares, através da aplicação de teoria, até o desenvolvimento de teoria e teste de suas hipóteses. Mitchell (2000) distingue o estudo de levantamento como sendo voltado à representatividade – descrevendo, por exemplo, a morfologia social em estudos sociológicos –, enquanto o estudo de caso é delineado para desenhar inferências sobre princípios teóricos abstratos que este é capaz de exemplificar.

Entre os conceitos explorados por Mitchell (2000) – inferência estatística e inferência lógica –, podem ser observadas, no exemplo da pesquisa de Sapolski, duas explanações diferentes: na primeira o autor realizou apenas uma relação estatística entre as duas variáveis (inferência estatística), enquanto na outra buscou explicar o fenômeno a partir de uma teoria dada (inferência lógica). O processo de inferência lógica, portanto, é realizado tanto em estudos que buscam a generalização estatística quanto em estudos de caso. Nos estudos de caso, somente inferências lógicas podem ser realizadas, ou seja, a ênfase no estudo de caso é relacionar características teóricas refletidas no caso em uma forma logicamente coerente.

Tal distinção é exemplificada, ainda, mediante a discussão do contraste entre indução enumerativa e analítica:

- Indução enumerativa: as características das classes de um fenômeno são estabelecidas simplesmente por sua listagem, ou, nas formas mais elaboradas, adotando a teoria da probabilidade e a indução estatística.
- Indução analítica: objetos específicos são determinados por um intenso estudo, e o

problema é definir as classes lógicas que tais objetos representam. Nenhuma definição de classe precede a seleção de dados a ser estudada. A análise de dados é toda realizada antes de qualquer formulação. O autor considera, então, que a indução analítica termina quando a indução enumerativa se inicia. Enquanto a indução enumerativa abstrai a partir da generalização, a indução analítica generaliza pela abstração. Enquanto a indução enumerativa olha para muitos casos por características que são similares, e então abstrai os mesmos conceitualmente por causa de sua generalidade, a indução analítica abstrai a partir de um caso concreto e presume que suas características possam ser identificadas em muitos outros casos.

Na prática, segundo o autor, os analistas indutivos têm a intenção de especificar as conexões entre um conjunto significativo de elementos manifestados sobre um corpo de dados empíricos e mesmo em campos já consolidados. A indução analítica ainda é realizada porque, segundo o autor, o conhecimento sobre a realidade não apenas corrobora com a teoria preexistente, mas amplia o conhecimento teórico. No entanto, alguns críticos, como Robinson (2000), afirmam que o método de indução analítica como descrito dá somente as condições necessárias, mas não suficientes, para que um fenômeno possa ser explicado.

Apesar da polêmica apresentada no trabalho organizado por Gomm (2000), outros autores apontam aspectos mais pragmáticos sobre o processo de construção teórica a partir de estudos de caso. Eisenhardt (1989) considera que, para construir teoria, é importante ter bem definida qual a questão de pesquisa a ser respondida, o que permite selecionar o caso a ser estudado, entrar no campo sabendo o que se quer coletar e, dessa forma, facilitar a coleta de dados (ou seja, todos os elementos já comentados, devidamente delineados). Se tais construtos se mostram relevantes para o estudo em andamento, então os pesquisadores possuem uma base empírica forte para a teoria emergente.

De acordo com Eisenhardt (1989), uma forma de moldar hipóteses é o delineamento de construtos. Isto envolve o refinamento da definição do construto e a construção de evidências que medem o construto em cada caso. Isto ocorre por meio de constante comparação entre dados e construtos, de forma a acumular evidências de diversas fontes que convergem a um único e bem definido construto.

Esse processo é similar ao processo de mensuração em estudos hipotético-dedutivos. Os pesquisadores utilizam diversas fontes de evidência para montar construtos de mensuração e tentam estabelecer a validade de construto. A diferença é que o construto e sua definição emergem do processo de análise, em vez de ser especificado *a priori*. A segunda diferença é que nenhuma técnica tal como análise fatorial está disponível para convergir ou constituir um único construto de mensuração.

As razões para a definição e construção de evidências para um construto aplicam-se na pesquisa de construção teórica, assim como no trabalho de teste de hipóteses. Isto quer dizer que a construção cuidadosa de definições de construto e evidências produz construtos mensuráveis necessários para teorias fortes.

O segundo passo para o delineamento de hipóteses é a verificação de que relacionamentos emergentes entre construtos se ajustem com as evidências em cada caso. O processo é semelhante ao teste de hipóteses. A diferença é que cada hipótese é examinada para cada caso, e não para os casos agregados.

A lógica adotada é a da replicabilidade, pela qual se trata uma série de casos como uma série de experimentos, sendo que cada caso serve para confirmar ou descartar uma hipótese. Cada caso é análogo a um experimento, assim como um grupo de casos é análogo a um grupo de experimentos. Na lógica da replicabilidade, relações emergentes alcançam confiabilidade na validade dos relacionamentos. Casos que desconfirmam os relacionamentos provêem oportunidades de se refinar ou ampliar a teoria. Os autores dão o exemplo de uma pesquisa em que analisam a política do processo decisório

e na qual encontraram um caso que não se ajustava à afirmação de que coalizões políticas são elementos estáveis.

Os estudos qualitativos são importantes para se entender o porquê de determinadas relações. Por isto, é importante descobrir as razões teóricas pelas quais os relacionamentos existem. Isto ajuda a estabelecer a validade interna dos resultados. Moldar hipóteses em pesquisas de construção teórica envolve a mensuração de construtos e verificação de relacionamentos. Tais processos são similares ao tradicional teste de hipóteses. Contudo, tais processos são baseados em juízo de valor porque os pesquisadores não podem aplicar testes estatísticos. O time de pesquisa precisa julgar a força e consistência dos relacionamentos dentro e entre os casos, e apresentar procedimentos e evidências na sua finalização de forma que o leitor possa validar tais métodos.

Considerações finais

Os limites, tanto sobre a intenção como sobre os resultados proporcionados por determinado método de pesquisa, parecem ser alguns dos principais pontos de tensão na discussão teórica sobre o método do estudo de caso.

De alguma forma, tanto os princípios ontológicos quanto epistemológicos que governam a orientação dos estudos de caso realizados até hoje apontam a divergência de posicionamentos dos autores, os quais se apresentam entre os dois sentidos: as correntes fundamentalistas e as não-fundamentalistas. Há também casos em que, mesmo assumindo explicitamente posições de ontologia e epistemologia específicas, a forma como o método é empregado pode vir a revelar contradições em tais posições adotadas pelo autor quando, por exemplo, um pesquisador que se diz “interpretativista” garante a busca de uma generalização equivalente à estatística no emprego do estudo de caso.

Este trabalho buscou sintetizar as etapas e instrumentos básicos levantados pela literatura elegida sobre o modo de se aplicar estudos de caso, mas também levantar algumas discussões que se dão no campo do método. Tal discussão demonstra que não há consenso sob diversos aspectos do emprego do estudo de caso, tal como o processo de generalização e sua contribuição para a construção de teoria. No entanto, o pesquisador que utiliza tal método (ou pretende utilizá-lo) é convidado a tomar uma posição “consciente”, o que garante a importância do conhecimento aprofundado sobre seus conceitos constitutivos.

- Recebido em: 06/09/2007
- Aprovado em: 04/06/2008

Referências

- CRESWELL, J. W. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998.
- DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna (Org.). **Handbook of qualitative research**. 1st.ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994.
- DONMOYER, Robert. Generalizability and the Single-Case Study. In: GOMM, R.; HAMMERSLEY, M.; FOSTER, P. **Case study methods: key issues, key texts**. London: Sage, 2000.
- EISENHARDT, K. M. Building theories from case study research. **Academy of Management Review**, Mississippi, Mass., v.14, n.4, p.532-550, Oct./Dec.1989.
- GOMM, R.; HAMMERSLEY, M.; FOSTER, P. **Case study methods: key issues, key texts**. London: Sage, 2000.
- GRIX, Jonathan GRIX. Introducing students to the generic terminology of social research, **Politics**, Washington, v.23, n.3, p.175-186, July/ Sept. 2002.
- GUMESSON, Evert. All Research is Interpretative! **Journal of Industrial Business and Marketing**, v.18, n.6/7, p.482-492.
- LARSEN, Val.; WRIGHT, Newell D. Community and Cãnon: a foundation mature interpretative research, **Advances in Consumer Research**, Urbana, Ill.,v.24, 1997.
- MARSCH, David; FURLONG, Paul. A skin, not a sweater: ontology and epistemology in political science. In: MARSCH, David; STOKER, G. **Theory and methods in political science**. London: Pallgrave McMillan, 2002.
- MITCHELL, J. Clyde. Case and situation analysis. In: GOMM, R.; HAMMERSLEY, M.; FOSTER, P. **Case study methods: key issues, key texts**. London: Sage, 2000.
- ROBINSON, W. S. The Logical structure of analitic induction. In: GOMM, R.; HAMMERSLEY, M.; FOSTER, P. **Case study methods: key issues, key texts**. London: Sage, 2000.
- SANDBERG, Jorgen. How do we justify knowledge produced within interpretive approaches? **Organizational Research Methods**, Thousand Oaks, CA, v.8, n.1, jan./Apr.2005.
- SCHOFIELD, Janet W. Increasing Generalizability of qualitative research. In: GOMM, R.; HAMMERSLEY, M.; FOSTER, P. **Case study methods: key issues, key texts**. London: Sage, 2000.
- STAKE, R. E. **The art of case study research**. Thousand Oaks, CA.: Sage, 1995.
- TURNER, Ralph H. The Quest for Universals in Sociological Research. In: GOMM, R.; HAMMERSLEY, M.; FOSTER, P. **Case study methods: key issues, key texts**. London: Sage, 2000.
- WEBER, Ron. The rhetoric of positivism versus interpretivism: a personal view. (Editor's Comments). **MIS Quarterly**, v.28, n.1, 2004.
- YIN, R. K. **Applications of case study research**. 2nd.ed. London: Sage, 2003.
- YIN, Robert K. **Estudos de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.